

O TRABALHO NOS CANAVIAIS COMO PARTE DA REALIDADE DOS ASSENTADOS DA REFORMA AGRÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Angela dos Santos Machado¹
Prof. Dra. Ana Lúcia de Jesus Almeida²
Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal³

Resumo

O Pontal do Paranapanema é um território conflituoso composto por terras devolutas e griladas fonte de disputas entre latifundiários, grupos empresariais do agrohidronegócio canavieiro e movimentos de luta pela reforma agrária. O processo de expansão da cana-de-açúcar na região levou ao “cercamento” dos assentamentos pelos canaviais. Em razão de diversas dificuldades ou até mesmo para obter recursos para a melhoria do próprio lote, trabalhadores assentados têm buscado emprego nas usinas canavieiras. Atualmente, o processo de colheita da cana encontra-se em fase avançada de mecanização, portanto esses trabalhadores podem atuar nas mais variadas funções como tratoristas, operadores de colhedeiças, motoristas, dentre outros. Esse artigo visa compreender como o trabalho nessas funções pode levar os trabalhadores ao adoecimento. Para isso exploramos a análise de uma entrevista realizada com um trabalhador, assentado agregado⁴, que já passou por inúmeras experiências de trabalho no setor canavieiro desde o corte manual ao mecanizado, até o trabalho em empresa terceirizada.

Palavras-chave: Agrohidronegócio canavieiro. Trabalho. Processo saúde-doença.

Introdução

Esse artigo visa realizar uma reflexão sobre alguns questionamentos iniciais que nos moveram para uma pesquisa de mestrado. Durante a graduação em Geografia realizamos trabalho de campo no Pontal do Paranapanema, visitamos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentamentos da reforma agrária, vimos a expansão do agrohidronegócio canavieiro e a resistência das famílias camponesas, sobretudo, no que diz respeito aos projetos de agricultura agroecológica.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/ UNESP-Presidente Prudente, integrante do CEGeT. E-mail: angelasm.geo@gmail.com

² Docente do Departamento de Fisioterapia da FCT/ UNESP-Presidente Prudente e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL, integrante do Observatório de Geografia da Saúde. E-mail: anaunesp2015@gmail.com

³ Docente do Departamento de Geografia da UNESP/Ourinhos e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, integrante do CEGeT. E-mail: mdcarvalhal@ourinhos.unesp.br

⁴ Um assentado agregado é aquele que vive em uma parcela do lote de seus pais.

O agrohidronegócio está relacionado a diferentes atividades em que a terra e água são apropriadas em benefício do capital como, por exemplo, as monoculturas (cana-de-açúcar, soja, milho, eucalipto), os empreendimentos hidroelétricos, as mineradoras e as represas para irrigação (MENDONÇA, 2015).

De acordo com Thomaz Júnior (2010), o capital visa controlar as melhores terras (planas, férteis, com localização favorável e logística de transporte adequada) e o acesso à água (superficial e subterrânea) em localidades que apresentem índices pluviométricos satisfatórios e regulares.

Vale ressaltar que nesses mesmos territórios de expansão dos setores hegemônicos do capital existem trabalhadores, movimentos sociais que lutam pela retomada das terras por meio de ocupações e se reterritorializam em assentamentos da reforma agrária.

No Pontal do Paranapanema, existe uma disputa territorial entre dois modelos divergentes de uso e ocupação da terra: o agrohidronegócio e o campesinato. O objetivo central da reflexão aqui apresentada é compreender os impactos do agrohidronegócio canavieiro na vida das famílias camponesas que vivem praticamente “cercadas” pela monocultura com foco para o entendimento das implicações no trabalho e na saúde dos assentados.

Um dos problemas evidenciados é o fato das agricultoras e dos agricultores assentados pela reforma agrária não terem condições, muitas vezes, de tirar o sustento da família do trabalho na terra. Em razão disso, precisam encontrar outras formas de obtenção de renda e um dos empregos disponíveis na região é o trabalho no setor canavieiro.

Aparentemente esse fato é repleto de contradições, pois o que se espera dos assentamentos da reforma agrária é uma agricultura de resistência com produção diversificada e, preferencialmente, agroecológica. No entanto, quais as razões que fazem com que esses camponeses trabalhem para o agrohidronegócio canavieiro? O intuito é conhecer os limites da reforma agrária que não possibilitam o desenvolvimento dos assentamentos rurais gerando a necessidade de trabalho fora do lote.

Outra questão que se coloca é que, atualmente, o trabalho no corte de cana está quase totalmente mecanizado, no Pontal do Paranapanema. Desse modo, quais as funções que os assentados da reforma agrária estão realizando nas usinas canavieiras? Quais as implicações desse trabalho para a saúde-doença desses trabalhadores? Sabemos que o trabalho no corte manual é extremamente degradante para o trabalhador, mas também devemos nos perguntar

se as novas funções engendradas no processo de reestruturação produtiva, tais como operadores de máquinas e tratoristas, prejudicam a saúde dos trabalhadores.

É um fator de interesse apreender a percepção desses sujeitos que são, ao mesmo tempo, assentados da reforma agrária e assalariados do agrohidronegócio quanto ao trabalho realizado no setor canavieiro e ao trabalho realizado no próprio lote. Quais as vantagens e desvantagens de cada tipo de trabalho? Qual trabalho é mais exaustivo, causa mais adoecimento, sofrimento? Qual trabalho traz satisfação para aquele ou aquela que realiza o trabalho?

Esse artigo não pretende responder a todos esses questionamentos, mas apenas trazer algumas pistas dadas pelos próprios trabalhadores em entrevistas realizadas pelo Centro de Estudos sobre Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), no Pontal do Paranapanema.

Primeiramente, realizamos uma reflexão sobre o processo de expansão dos canaviais no Pontal do Paranapanema e o surgimento dos assentamentos da reforma agrária que tornaram a região um território em disputa. Em seguida discutimos os impactos do agrohidronegócio canavieiro na vida das famílias assentadas da reforma agrária, sobretudo, para os trabalhadores e trabalhadoras assalariados no setor canavieiro.

Da grilagem à expansão dos canaviais no Pontal do Paranapanema e o surgimento dos assentamentos da reforma agrária

O Pontal do Paranapanema é um território conflituoso marcado historicamente pela expropriação indígena, pelo desmatamento e pela grilagem de terras. Atualmente, é um território disputado por classes sociais distintas que produzem o espaço de forma contínua e contraditória numa relação de apropriação e expropriação de territórios e territorialidades (FELICIANO, 2013).

De acordo com Feliciano (2009), os principais grupos indígenas que haviam no oeste paulista, no período pré-colonial e colonial, foram os Oti ou Falso Xavante, os Caiuá-Guarani, os Kaiapó e os Kaingang (Coroados). Esses povos indígenas foram brutalmente aniquilados em nome do “progresso” de São Paulo. Atualmente, na região oeste do estado existe somente uma área de terra indígena, em Tupã, na Aldeia Vanuire, com 189 indígenas da etnia Kaingang.

Após a Lei de Terras de 1850, a concessão de sesmarias foi substituída pelo mecanismo de compra e venda de terras. Essa norma visou impedir que pobres e libertos da escravidão tivessem acesso à terra, transformando-a em uma mercadoria que essas pessoas não poderiam comprar. Por meio dessa medida instalou-se a propriedade privada da terra no Brasil sob o estigma do latifúndio e, ao mesmo tempo, iniciou-se o processo de grilagem de terras (FELICIANO, 2003).

Segundo Feliciano (2009), nessa época o Pontal do Paranapanema ainda era denominado sertão de terrenos desconhecidos, mas já passava por inúmeras tentativas de reconhecimento de registros de suas terras com base em falsificações de papéis e de assinaturas. Os principais grileiros foram os mineiros José Teodoro de Souza, João da Silveira e Francisco de Paula Marques.

Mesmo em desacordo com a Lei de Terras, os mineiros conseguiram declarar posses de uma extensa área onde hoje é o Pontal do Paranapanema. De acordo com Feliciano (2009), as estratégias para conseguir o domínio de uma porção de terras eram as seguintes: a) declarações realizadas em paróquias; b) apresentação de testemunhas (outros posseiros que afirmassem serem vizinhos); c) atração de pessoas interessadas em estabelecer povoadamentos na região; d) parcelamento e venda dos lotes mesmo sem registro definitivo.

Somente após 30 anos da publicação da Lei de Terras, o governo mandou comissões para iniciar o processo de discriminação das áreas no Pontal do Paranapanema. No entanto, o governo não conteve a ação da grilagem, pois os grileiros contavam com diversos artifícios como a repartição das terras, a venda de diversos terrenos e as técnicas de falsificação de documentos (FELICIANO, 2013).

De acordo com Fernandes (2001), grande parte das terras do Pontal do Paranapanema começou a ser grilada, na segunda metade do século XIX, com a formação do grilo Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, uma área de 238 mil alqueires.

Segundo Feliciano (2009), acreditava-se que essa área teria sido declarada por Antônio Gouveia, em 1856, por meio do Frei Pacífico de Monte Falco, na paróquia de São João Baptista do Rio Verde (hoje Itaporanga). Somente na década de 1930, o poder judiciário do estado de São Paulo constatou, por meio de laudos periciais, que a assinatura do Frei havia sido falsificada. Ou seja, o documento de posse havia sido objeto de um crime. Assim, ficou comprovado que a área que deu origem ao Pontal do Paranapanema era devoluta.

Mesmo assim as terras públicas continuaram sob o domínio dos grileiros e diversas leis foram criadas para facilitar a legalização das terras griladas, assim como foram criadas reservas florestais com o intuito de tentar conter o desmatamento e os conflitos entre os grileiros no Pontal do Paranapanema. No entanto, áreas reservadas também foram invadidas e negociadas. Os coronéis e latifundiários da região contavam com apoio de políticos como o governador Adhemar de Barros (FELICIANO, 2013).

Segundo Feliciano (2009), na década de 1970, as ações governamentais para o Pontal do Paranapanema passaram a visar o desenvolvimento econômico da região sem, no entanto, mencionar a situação fundiária, os conflitos pela terra e a existência de grandes extensões de terras devolutas.

A região passou a ser considerada de grande potencial para o plantio de cana-de-açúcar integrando o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) entre os anos de 1974 a 1982 (BARRETO, 2012).

Nesse mesmo período, além do PROÁLCOOL, também tiveram início obras de Usinas Hidrelétricas no Pontal do Paranapanema (Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu). O alagamento de grandes extensões de terras desabrigou muitas famílias que, juntamente com outros excluídos, deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região. Atualmente, a disputa por terras na região envolve fazendeiros grileiros e camponeses sem terra. Essa disputa ocorre no enfrentamento diário dos movimentos de luta pela terra nas ocupações de áreas griladas, mas também no âmbito judicial (FELICIANO, 2009).

O Pontal do Paranapanema está dividido em 34 perímetros (divisão jurídico-administrativa) e cada um deles tem uma situação jurídica própria.

Muitos foram julgados devolutos, outros particulares, assim como parte foi legitimada, enquanto outras transformadas em assentamentos. A situação jurídica de um perímetro depende essencialmente da conjuntura e das relações de forças das classes sociais distintas, perante o Estado” (FELICIANO, 2009, p.321).

Feliciano (2009) destaca que as terras julgadas como devolutas receberam destinações diferenciadas de acordo com o contexto econômico, político e social. Desse modo, a discriminação de uma terra como pública não significa que de fato receberá uma destinação social.

Até o ano de 2009, apenas 50,4% das terras no Pontal do Paranapanema possuíam certeza jurídica, destas 85% dos títulos de origem possuíam algum tipo de vício que anularia as transações sucessórias. No total, 507.831 hectares de terras foram considerados devolutos. Porém, grande parte dessas terras griladas foram legalizadas, isto é, transformadas em propriedade privada de forma integral ou parcialmente e outra parte foi destinada à implantação de assentamentos rurais (FELICIANO, 2009).

Feliciano (2009) ressalta que a criação de assentamentos da reforma agrária é uma conquista dos movimentos de luta pela terra que se organizaram para disputar o território do Pontal do Paranapanema. Antes da formação de movimentos camponeses existiam apenas duas possibilidades de destino para as terras devolutas: legalização das posses ou implantação de área de preservação ambiental. A reforma agrária como possibilidade só surgiu após as ações camponesas.

De acordo com Fernandes (2001), a primeira ocupação do MST no Pontal do Paranapanema ocorreu no município de Teodoro Sampaio, em julho de 1990, iniciando o processo de territorialização da luta pela terra na região. Na década de 90 quase dezoito mil famílias participaram de mais de trezentas ocupações no Pontal e essa região foi a que mais teve conflitos por terra no Brasil.

Entre 1995 a 1998, houve um crescimento das ocupações de terra no Pontal que levou a uma expansão na espacialização da luta pela terra. Por outro lado, houve a intensificação da repressão pelos latifundiários e pelo poder judiciário resultando em diversas pessoas feridas em confrontos com jagunços e lideranças do MST presas acusadas de formação de bando e quadrilha (FERNANDES, 2001).

É importante ressaltar que a atuação dos movimentos de luta pela terra, durante a década de 1990, no Pontal do Paranapanema, tornou possível a conquista de territórios pelo campesinato materializada em assentamentos da reforma agrária. No entanto, após os anos 2000, o número de famílias em ocupações de terra e a criação de novos assentamentos diminuíram expressivamente. Isso ocorreu em razão do aumento da produção de cana-de-açúcar na região. As terras devolutas que deveriam ser destinadas à reforma agrária passaram a ser ocupadas pela monocultura visando legitimar a transformação dessas terras em propriedades particulares (ORIGUÉLA, 2012).

De acordo com Barreto (2012), a expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro em meados da década de

1970, quando houve a formação dos primeiros canaviais com o incentivo do Programa Nacional do Alcool (PRÓÁLCOOL). E o segundo a partir de 2005, também por meio de incentivos estatais, dessa vez, a favor da produção de automóveis *flex fuel* visando o subsidiar o setor canavieiro que se encontrava em crise.

Vale frisar uma diferença marcante entre o primeiro e o segundo momento de expansão canvieira no Pontal do Paranapanema. Os primeiros canaviais e unidades agroindustriais foram gerenciados por latifundiários da região que se inseriram no setor atraídos pelos incentivos fiscais e financeiros oferecidos pelo Estado. Enquanto a nova fase de expansão canvieira é composta por grandes grupos empresariais de capital nacional e internacional como o grupo norueguês *BioEnergy* e a *Odebrecht* (BARRETO, 2012).

Essa nova característica da produção canvieira não é exclusiva do Pontal do Paranapanema, mas é um direcionamento do capital na agricultura mundial. A hegemonia do capital financeiro levou à atuação de empresas transnacionais na agricultura que passaram a “[...] controlar, concentrar e centralizar, em nível internacional, diversos setores da agricultura, como produção, comercialização, insumos, máquinas etc.” (STEDILE; STEVAM, 2013, p.14).

Esse processo levou a uma reorganização da produção agrícola brasileira para atender o mercado mundial concentrando a produção em monoculturas como soja, cana-de-açúcar, milho, além da pecuária extensiva. De maneira geral o modelo de produção do agrohidronegócio tem as seguintes características:

Organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra no campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas do lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo. Esse modelo, que busca a produção de commodities e dólares, e não a de alimentos passa a dominar e utilizar cada vez mais terras férteis para a produção de agrocombustíveis, para ‘alimentar’ os tanques de automóveis de transporte individual, a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose, destinadas às embalagens da indústria, e a energia na forma de carvão vegetal (STEDILE, 2013, p.33).

Portanto, o modelo hegemônico do agrohidronegócio causa grande impacto socioambiental uma vez que altera profundamente o espaço geográfico com a produção de monoculturas que demandam a retirada da vegetação, o uso de máquinas agrícolas que levam a produção de uma agricultura sem agricultores, a utilização excessiva de agrotóxicos que geram a poluição do ar, das águas subterrâneas, dos rios, dos animais, da vegetação, dos solos, dos alimentos, dos trabalhadores do setor agrícola e da sociedade como um todo.

Assim, o próximo item desse artigo tem o objetivo de realizar uma discussão sobre os impactos dos canais para as famílias camponesas que vivem no Pontal do Paranapanema, principalmente, para os trabalhadores das usinas de cana de açúcar.

O trabalho mecanizado nas usinas de cana-de-açúcar como fator de adoecimento dos(as) trabalhadores(a)

De acordo com o banco de dados da luta pela terra (DATA LUTA, 2014), existem cento e quatorze (114) assentamentos da reforma agrária no Pontal do Paranapanema que abrigam mais de seis mil (6.282) famílias ocupando mais de cento e quarenta e dois mil (142.427) hectares de terra (TABELA 01).

Em razão da expansão do agrohidronegócio na região esses assentamentos encontram-se praticamente “cercados” pelos canais e, como consequência, os moradores sofrem com a pulverização aérea de agrotóxicos. Barreto (2012), ao investigar as estratégias do capital canavieiro, nacional e internacional, para se territorializar no Pontal do Paranapanema destacou problemas relacionados ao uso de agrotóxicos.

No ano de 2011, os assentados sofreram um prejuízo na produção da sericicultura (criação de bicho-da-seda), pois as amoreiras (alimentos para o bicho-da-seda) foram inutilizadas pela pulverização aérea de agrotóxicos em canais vizinhos aos assentamentos (BARRETO, 2012, p.102).

Esse exemplo é revelador do impacto dos agrotóxicos na vida das famílias assentadas no Pontal do Paranapanema. Em entrevistas realizadas pelo coletivo CETAS de pesquisadores grande parte dos entrevistados relatou a contaminação por agrotóxicos como um problema decorrente da expansão canavieira.

Os assentados sofrem constantes prejuízos na produção de frutas, legumes e verduras que são produzidos de forma orgânica, mas que acabam sendo atingidos pela pulverização aérea. Diversos entrevistados afirmaram que após a passagem do avião as plantas amarelam e

começam a morrer, animais ficam adoecidos, pessoas adquirem alergias e apresentam sintomas de intoxicação.

Tabela 1 – Pontal do Paranapanema – Assentamentos Rurais, famílias e área por município – 1985-2015

Município	Número de Assentamentos Rurais	Número de Famílias	Área em Hectares
Caiuá	8	446	10.736
Euclides da Cunha Paulista	9	519	10.935
Iepê	1	37	68
João Ramalho	1	29	55
Marabá Paulista	6	261	6.481
Martinópolis	2	124	2.745
Mirante do Paranapanema	35	1.698	35.470
Piquerobi	3	84	2.595
Presidente Bernardes	8	266	7.193
Presidente Epitácio	4	342	6.088
Presidente Venceslau	8	448	10.101
Rancharia	2	178	4.265
Rosana	4	768	18.307
Sandovalina	2	198	4.017
Teodoro Sampaio	21	884	23.371
Total	114	6.282	142.427

Fonte: DATALUTA, 2014.

Esses problemas vivenciados pelos camponeses e pelas camponesas agravam ainda mais a situação dessas famílias que já vivem em uma situação de fragilidade em razão da falta de assistência técnica, da insuficiência das políticas públicas para promover o desenvolvimento dos assentamentos, do alto custo dos insumos utilizados na produção e do baixo preço dos produtos agrícolas.

Esses fatores levam muitos assentados a optar por um emprego assalariado nas usinas canavieiras para garantir o sustento da família e até mesmo para obter recursos para a melhoria do próprio lote. Como o processo de colheita da cana-de-açúcar encontra-se em fase avançada de mecanização, esses trabalhadores podem atuar nas mais variadas funções como tratoristas, operadores de colhedeiros, motoristas, dentre outros.

Apresentamos a seguir uma reflexão inicial de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é entender as implicações do trabalho nas usinas de cana-de-açúcar para o processo de adoecimento dos assentados e das assentadas, na atual fase de reestruturação do processo produtivo, levando em consideração a intensificação e as formas precárias de trabalho no setor canavieiro.

Além disso, nos esforçamos para compreender os limites impostos aos assentados que os fazem buscar trabalho fora do lote. Ressaltamos a importância de entender as relações que permeiam a realidade desse sujeito que é, ao mesmo tempo, assalariado do agrohidronegócio canavieiro e assentado da reforma agrária.

Para iniciar a compreensão dessas questões, faremos análise do conteúdo de entrevistas realizadas pela equipe do Centro de Estudos sobre Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS), no Pontal do Paranapanema. Dentre as várias entrevistas disponíveis no Banco de Dados do CETAS, em um primeiro momento, selecionamos as entrevistas realizadas com famílias assentadas em que algum membro da família é trabalhador (a) assalariado (a) no setor canavieiro. No total identificamos 32 entrevistas com essas características cujos os relatos compreendem acidentes de trabalho, adoecimentos, desemprego, mecanismos de controle dos trabalhadores (metas, hierarquia, prêmios), intensificação do trabalho e impactos dos agrotóxicos na saúde e na produção das famílias assentadas.

Entretanto, para esse artigo apresentaremos uma reflexão com as generalizações possíveis a partir da análise do depoimento de um assentado “agregado” que passou por diversas experiências no setor canavieiro desde o corte de cana manual, ao trabalho como tratorista e até a prestação de serviços para uma empresa que terceiriza trabalhadores para a usina⁵.

O entrevistado é do sexo masculino, casado e tem três filhos, utilizaremos o nome fictício “Carlos” para denominá-lo. No início da entrevista ressaltou que no momento está desempregado e mora no lote com o pai onde trabalham com leite e possuem uma roça pequena. No entanto, não é possível obter renda suficiente para a família com o trabalho no lote, por isso precisou empregar-se no setor canavieiro. Seu primeiro trabalho foi no corte de cana em que presenciou muitos amigos sofrendo com câibras em razão da perda de sais minerais devido à transpiração excessiva.

⁵ A entrevista foi realizada no dia 29 de abril de 2015, no assentamento Água Sumida, localizado no município de Teodoro Sampaio.

Apesar de ser relatada como algo comum de se acontecer nesse tipo de trabalho, se o trabalhador já estiver com a saúde debilitada ou for portador de doenças, a cãibra pode levar a morte (VERÇOSA, 2016). Quando questionado em qual parte do corpo ocorriam cãibras com maior frequência o entrevistado respondeu:

[...] nos dedos que começam a travar, os dedos endurecem. Inclusive ali em baixo, nessa usina, ali eu fui carregado por colegas[...] eu endoidei [...] eu não consegui nem sair do leito assim, travaram as pernas, os dedos dando cãibra. Os colegas me levaram para dentro do ônibus [...] eu fiquei no ônibus até passar, de vez em quando dava uma risadinha se não travava tudo. Eles têm um negócio de um soro para dar para as pessoas, mas aquilo lá você pode tomar uns duzentos litros que não resolve nada (CARLOS, 2015).

Desse modo, podemos perceber a gravidade das cãibras que estão relacionadas ao trabalho extremamente intenso e degradante do corte manual de cana. Uma situação grave como essa, infelizmente, é frequente nos canaviais onde predomina o corte manual (VERÇOSA, 2016). Percebemos a banalização da situação uma vez que o trabalhador apenas é levado ao ônibus para aguardar a cãibra passar e para tomar um soro que repõe os sais minerais perdidos.

Além das cãibras, é comum ocorrer casos de mutilações com o facão, outros acidentes ou mesmo adoecimentos por esforços excessivos. Carlos adquiriu uma Lesão por Esforços Repetitivos (LER) nos braços em razão dos inúmeros movimentos rápidos e repetitivos necessários ao trabalho. Ele relata a questão da seguinte maneira: “[...] acabei com os braços fazendo muito movimento rápido” (CARLOS, 2015).

Quando questionado sobre as mudanças ocorridas em sua vida no momento em que deixou de trabalhar no corte manual e passou para a função de tratorista respondeu de forma animada:

[...] mudou até o jeito da pessoa [ele fala de si mesmo], engordou, melhorou a situação, o salário é mais, não é? [...] o salário [...] vai passando o tempo eles vão aumentando, não é? [...] tinha ticket, tinha convênio com farmácia, médico, essas coisas, já mudou tudo isso, não é? (CARLOS, 2015).

Podemos perceber que para o entrevistado as condições de trabalho e de vida melhoraram com a mudança do corte manual para a função de tratorista. No entanto, no decorrer da entrevista ele passou a ressaltar aspectos negativos relacionados com o trabalho de tratorista como, por exemplo, a dor na coluna: “[...] é a coluna ainda dói, ruim que o cara

trabalha muito sentado e o trator pula bastante também e prejudica a coluna”. E ainda quando questionado sobre acidentes de trabalho: “[...] eu já vi colega trombar com o trator, o trator sem freio e o cara descendo [...] transbordou e ele capotou e quase matou ele. Porque na colheita é uma correria brava, não é? É que quanto mais mandar cana para a usina, para ela é bom” (CARLOS, 2015).

Os relatos reforçam que o trabalho mecanizado também traz riscos para o trabalhador, principalmente, em razão da alta produtividade exigida desses trabalhadores. O entrevistado ressalta a pressão exercida pelo encarregado para que o trabalho seja realizado de forma cada vez mais acelerada:

[...] tem os rádios amadores no trator, não é? O encarregado está direto cobrando onde você está, em qual máquina você está...aí você vai falando onde você está, que vai descarregar... aí tem caminhão adoidado lá na fila para descarregar e eles ficam apressando, perguntando onde você está. Aí você sai como um doido com o trator carregado, descarrega lá e já tem que virar de novo e entrar dentro da máquina de novo [...] é uma correria brava (CARLOS, 2015).

O trabalho é intensificado ao máximo, não podendo pausar nem mesmo para realizar necessidades fisiológicas, pois quando questionado se podia parar o trabalho para beber água ou ir ao banheiro, Carlos respondeu:

[...] não pode...quando as máquinas estão lá carregando tudo [...] quando as máquinas já estão terminando o que está carregando lá, tinha vezes, que acabávamos almoçando dentro do trator, tomando um café...aí acabou de carregar aquele lá você já tem que correr e entrar de baixo de novo⁶. Agora, uma que eu trabalhei aqui eram doze horas e não tinha horário nem tirador de horas, aí é direto...você tem que almoçar com o trator andando devagarzinho...tem vezes que até para descarregar é com o trator ligado, o da frente descarregou você já tem que fechar a marmitta e sair doido, é mais dinheiro e mais correria, não é? (CARLOS, 2015).

Compreendemos que uma das estratégias do capital para aumentar seus lucros é a ampliação do trabalho morto (maquinário técnico científico) no processo produtivo e também a intensificação da exploração do trabalho vivo (humano). Desse modo, mesmo com a reestruturação produtiva, o trabalho manual continua necessário para o capital que se

⁶ O processo de trabalho descrito por Carlos funciona da seguinte maneira: a máquina colhe a cana e a deposita nos tratores. Este, por sua vez, quando estiver com a carga completa leva o carregamento para o caminhão. Outro trator entra no lugar do anterior e, assim, sucessivamente. Portanto, existe uma fila de tratores que acompanham a máquina colhedora e, muitas vezes, o tempo de espera torna-se tempo de almoço.

beneficia tanto da mais-valia relativa quanto da mais-valia absoluta. De acordo com Antunes (2005),

Como o capital pode reduzir muito, mas não pode eliminar completamente o trabalho vivo no processo de criação de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário técnico-científico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho (da mais-valia) em tempo cada vez mais reduzido (ANTUNES, 2005, p.27).

No último trecho do relato acima, Carlos afirma que “[...] é mais dinheiro e mais correria”, quando questionado sobre esse dinheiro a mais, ele afirmou que era pago “por fora”. Os trabalhadores não tinham o controle sobre as horas-extras porque assinavam um cartão de ponto falso como se parassem o trabalho quatro vezes ao dia, ou seja, como se eles tivessem horário para almoço, café, tempo para as necessidades fisiológicas. A seguir destacamos o trecho da entrevista em que Carlos relata essa questão.

Carlos: [...] esse eles pagavam por fora, inclusive nós assinávamos um cartãozinho como se parássemos quatro vezes ao dia, mas não tinha parada. É um cartãozinho falso, não é? Teve gente que já até colocou no “pau” [entrou com ação na justiça], tem denúncia no ministério do trabalho. [...] E pagavam as oito horas [...] [e mais] duas horas eram em dinheiro e o resto era no mercado que a gente pegava em mercadorias só.

Entrevistador 1: Como você sabia “ah eu tenho tanto para pegar no mercado?”

C: Então...depois que saía o pagamento passavam uns dias e eles davam um papelzinho com o valor que você pegou em dinheiro sendo trezentos e quarenta o limite lá.

E 2: E era no mesmo mercado sempre?

C: Sim, e o mercado mais “careiro” de Teodoro, a farmácia mais “careira”, o posto de gasolina também.

E 1: Quando você recebia isso você ficava contente ou triste?

C: Ficava contente, não é? Porque eles davam uma cesta e nós pegávamos no mercado também, não é? Uma cestinha...fora isso aí e as horas a gente inteirava e acabava fazendo as compra, não é? E o dinheiro vinha (CARLOS, 2015).

No final desse relato quando Carlos diz que “o dinheiro vinha” ele se refere ao passado porque no momento da entrevista estava desempregado. Ele contou que pediu para ser mandado embora porque não aguentava mais trabalhar no turno da noite: “[...] falei para eles se não me passasse para o dia que podia mandar eu embora, eles mandaram eu embora e não me passaram para o dia”. Depois disso, relatou que não conseguiu mais trabalho em usinas, pois elas não gostam de contratar ex-funcionários e ele já trabalhou em diversas usinas na região.

Desse modo, na frase “o dinheiro vinha” percebemos certo saudosismo do tempo em que podia contar com um salário. Esta é uma das razões que levam os trabalhadores a suportarem todos os tipos de mazelas em seu ambiente de trabalho: o medo de perder o emprego, a fonte de renda que sustenta a família.

Grande parte do emprego fornecido pelo setor canavieiro é temporário, o medo de perder o emprego ou de não ser contratado na próxima safra faz com que o próprio trabalhador intensifique ao máximo seu trabalho. “O trabalhador é induzido a se autoexplorar, para conservar-se no emprego e conseqüentemente ativo no mercado de trabalho” (BARRETO, 2013, p.127).

Outro exemplo da superexploração suportada pelos trabalhadores para se manterem no emprego foi apontado por Carlos: quando uma máquina quebrava, o operador era obrigado a pagar uma peça nova, se não pagasse era demitido. Quando a máquina quebrava, o segurança do trabalho tirava uma foto e mandava para uma comissão julgadora que determinava se o operador tinha culpa ou não pela quebra da máquina.

Além do medo de perder o emprego, outra forma de “capturar” a subjetividade do trabalhador era por meio do sorteio de prêmios, como televisão e bicicletas, para quem atingisse a meta. A “captura” da subjetividade dos trabalhadores é um dos eixos centrais do toyotismo que tenta criar um ambiente desafiante e competitivo “de mobilização da mente e corpo do operário e/ empregado” (ALVES, 2007, p.186).

Alves (2007) ressalta que esse processo não ocorre sem resistência, portanto, utiliza o termo “captura” entre aspas porque ela não ocorre de fato. Na verdade, esse processo é caracterizado como “um jogo de simulações, articulando mecanismos de coerção e de consentimento, que se interage com uma teia de manipulação que perpassa não apenas o local de trabalho, mas as instâncias da reprodução social” (ALVES, 2007, p. 188).

Vale ressaltar, ainda, que o processo de “captura” da subjetividade tende a ocasionar o adoecimento psíquico e espiritual do trabalhador manifestando-se por meio de doenças psicossomáticas (ALVES, 2007).

No que se refere ao trabalho nas usinas canavieiras, Scopinho et al (1999) ressalta que o processo mecanizado do corte de cana pode proporcionar melhorias nas condições de trabalho quando comparados ao corte manual em razão da diminuição de cargas físicas, químicas e mecânicas. No entanto, pode ocorrer o agravamento das cargas do tipo psíquicas em razão da organização do trabalho em turnos e da intensificação do ritmo do trabalho. Tais

fatores podem gerar distúrbios no sono, no funcionamento temporal do próprio organismo do indivíduo e na vida social. Podem levar ao estresse, ao sofrimento psíquico, ao envelhecimento precoce e alterações nos sistemas cardiovascular e gastrointestinal (SCOPINHO et al, 1999).

Uma questão que se coloca é se as unidades de saúde têm conseguido fazer a leitura do adoecimento relacionado ao trabalho, ou seja, será que esse trabalhador ou trabalhadora, se afastado(a) por adoecimento, conseguirá provar o nexo causal de sua doença mostrando que ela está relacionada com a organização do trabalho e que, portanto, sofre de uma doença do trabalho?

De acordo com Thomaz Júnior (2011), existe uma invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho, ou seja, o adoecimento do trabalhador não é relacionado às condições de trabalho. Tal invisibilidade afeta a reconfiguração das relações de produção e se reflete nas formas de superexploração e condições degradantes de labor.

A forma contemporânea de trabalho é complexa, heterogênea e tem ritmo intensificado. Cada vez menos se necessita de trabalho estável que é substituído pelas formas mais precarizadas de trabalho como o terceirizado e o temporário (ANTUNES, 2005).

Ao mesmo tempo em que o trabalho é intensificado e o risco de adoecer aumenta, direitos básicos como a previdência social e o plano de saúde são transformados em mercadoria que a classe trabalhadora não pode comprar. A única opção é recorrer às filas do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e do SUS (Sistema Único de Saúde) na esperança de comprovação do nexo causal e a obtenção do benefício ou aposentadoria, que, muitas vezes, são negados (VERÇOZA, 2016).

Concordamos com Laurell (1982) que a saúde e a doença devem ser vistas como um processo social, ou seja, determinado pelo modo como os homens e as mulheres se apropriam da natureza em um certo momento, processo este que ocorre por meio do trabalho e depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Portanto, para que se possa combater a invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho é imprescindível que os profissionais de saúde estejam atentos para detectar o nexo causal entre adoecimento e trabalho de modo a tornar visível o trabalho degradante, intenso e precário.

Considerações Finais

O presente artigo é uma reflexão sobre um dos aspectos que marcam a coexistência do capital sucroalcooleiro e do campesinato no território do Pontal do Paranapanema-SP, qual seja: o trabalho nas usinas de cana-de-açúcar e o adoecimento dos(as) trabalhadores (as).

A convivência entre as diferentes lógicas em um mesmo território é marcada por disputas, conflitos, mas também pela submissão dos camponeses à lógica dominante do agrohidronegócio. Existe uma dialética entre a afirmação e a negação do trabalho abstrato nas usinas de cana-de-açúcar por parte dos assentados, ou seja, ao mesmo tempo em que o trabalho no lote se apresenta como uma possibilidade de trabalho concreto portador de vida e de saúde, é necessário buscar fontes de renda alternativas e uma das saídas encontradas é o trabalho nas usinas canavieiras.

Uma das razões para isso está no fato dos assentados não poderem contar com políticas públicas emancipatórias que fomentem o desenvolvimento dos assentamentos. Desse modo, o trabalho nas usinas canavieiras torna-se um caminho para obtenção de renda para a sobrevivência e a melhoria do próprio lote.

Atualmente, o corte de cana encontra-se em fase avançada de mecanização, por isso os trabalhadores efetuam funções ligadas à máquinas, tratores e caminhões. Apesar da mecanização ter proporcionado algumas melhorias nas condições de trabalho quando comparada ao corte manual da cana-de-açúcar, ela manteve a superexploração do trabalho na forma de cobrança por alta produtividade, ritmos intensos de trabalho, pressão para o alcance de metas, “captura” da subjetividade do trabalhador que tudo suporta em razão do medo de perder o emprego.

Assim, o trabalho mecanizado nas usinas canavieiras pode levar ao adoecimento dos trabalhadores, sobretudo, às doenças psíquicas, ao estresse e a uma série de doenças decorrentes do estado psicológico do (a) trabalhador (a). No entanto, o adoecimento do (a) trabalhador (a), pode não ser relacionado ao trabalho que executa fato denominado por Thomaz Júnior (2011) como invisibilidade social das doenças relacionadas ao trabalho.

Acreditamos ser imprescindível o reconhecimento do nexos causal das doenças relacionadas ao trabalho, principalmente, ao trabalho mecanizado, pois existe a ideia de que a mecanização do corte de cana trouxe apenas benefícios para a pessoa que trabalha. No entanto, como podemos perceber nesse artigo o trabalho no corte mecanizado também é gerador de adoecimento do trabalhador.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- BARRETO, M.J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2012.
- CARLOS. Entrevista concedida ao Centro de Estudos sobre trabalho, ambiente e saúde (CETAS). Teodoro Sampaio, 2015.
- DATALUTA. Banco de dados da luta pela terra: relatório Pontal do Paranapanema 2013. NERA. Presidente Prudente, 2014.
- FELICIANO, C.A. **O movimento camponês rebelde e a Geografia da reforma agrária**. 246 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- _____. **Território em disputa**: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 575 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- _____. O conflito como elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. 20 f. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p.167-186, 2013.
- LAURELL, A.C. La Salud-Enfermedad como processo social. **Cuadernos Médico Sociales**. Nº 19, p.01-11, jan., 1982.
- MENDONÇA, M.R. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do *agrohidronegócio* em Goiás. **Pegada**, Presidente Prudente, v.16, n. especial, p. 03-15, mai. 2015.
- ORIGUÉLA, C.F. A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema-SP. In: Jornada do Trabalho, 13., 2012, Presidente Prudente. **Anais...Presidente Prudente**: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012. p. 01-15.
- SCOPINHO, R.A. et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 15 (1): 147-161, jan-mar, 1999.
- STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P.; ESTEVAM, D. A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira. **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMAZ JÚNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v.5, n.10, p.92-122, ago. 2010.

_____. Sinal dos tempos do capital: irreformabilidade e emancipação! In: THOMAZ JÚNIOR, A; PONTE, K.F. da; ALVES, J. (orgs.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Vol. 6. Presidente Prudente: Centelha, 2011, p. 11-35.

VERÇOZA, L.V. de. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos**. Um estudo sobre trabalho e saúde. 209 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, 2016.